



ISSN 1988-7833
<https://doi.org/10.51896/ccs>

CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES

latindex IDEAS EconPapers Dialnet MIAR Scúpira

BOAS PRÁTICAS EM GOVERNANÇA E PRINCÍPIOS COOPERATIVOS DOCUMENTADAS PELA AROUNDTHEWORLD.COOP

Francisca Scarlet O'hara Alves Sobrinho

Mestranda em Gestão Pública. Universidade Federal do Piauí - UFPI

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5431-349X>

oharascarlet@ufpi.edu.br

Fabiana Pinto de Almeida Bizarria

Pós-doutorado em Administração. Faculdade Luciano Feijão e Professora Colaboradora PPGP/ UFPI

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8365-8593>

fabiana.almeida@unilab.edu.br

Flávia Lorene Sampaio Barbosa

Doutorado em Administração de Empresas. Universidade Federal do Piauí

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4804-9538>

flsbarbosa@ufpi.edu.br

Airton Junior Vieira Santos

Mestrado Profissional em andamento em Administração Pública. Universidade Federal do Piauí – UFPI.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4875-9556>

airton@ufpi.edu.br

Raphaela da Mota Silva

Mestrado Profissional em andamento em Administração Pública. Universidade Federal do Piauí – UFPI.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1978-5990>

raphaelamsilva@yahoo.com.br

...

Correspondencia: Fabiana Pinto de Almeida Bizarria

Avenida Cajazeiras, 501, (José de Alencar) Casa 14, Bairro: Lagoa Redonda, CEP 60831-310, Fortaleza, CE, Brasil. E-

mail: fabiana.almeida.fff@gmail.com

RESUMO

Ante o desafio de conceber a governança cooperativa em função dos valores e princípios de seu modelo organizativo e o contexto socioeconômico, a pesquisa objetiva compreender a concepção de governança em narrativas extraídas do projeto Around The World.Coop, cujos documentários situam experiências de cooperados em países como Itália, Marrocos, Ruanda, Nepal, Malásia, Estados Unidos, Austrália, Polônia, Costa Rica, Brasil, Argentina e Uruguai. Para tanto, o corpus da pesquisa reúne 13 microdocumentários, de 11 a 18 minutos, transcritos

e analisados qualitativamente por meio de análise de conteúdo hermenêutica-dialética, a partir das categorias prévias definidas pelos princípios do cooperativismo apresentado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), em referência à Rochdale (1844), são elas: adesão livre e voluntária; gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; Intercooperação; e interesse pela comunidade. Como resultados são derivadas 28 diretrizes para boas práticas destinadas à Governança em Cooperativas, para a reflexão e a ação, considerando possibilidade de consolidação de princípios e institucionalização de processos que visem a garantia da missão desses empreendimentos.

Palavras-chave: Organizações Não Governamentais. Gestão Social.

BUENAS PRÁCTICAS EN MATERIA DE GOBERNANZA Y PRINCIPIOS COOPERATIVOS DOCUMENTADAS POR AROUNDTHEWORLD.COOP

RESUMEN

Ante el reto de concebir la gobernanza cooperativa en función de los valores y principios de su modelo organizativo y del contexto socioeconómico, la investigación pretende comprender la concepción de la gobernanza en las narrativas extraídas del proyecto Around The World.Coop, cuyos documentales sitúan experiencias de cooperativistas en países como Italia, Marruecos, Ruanda, Nepal, Malasia, Estados Unidos, Australia, Polonia, Costa Rica, Brasil, Argentina y Uruguay. Para ello, el corpus de la investigación reúne 13 microdocumentales, de 11 a 18 minutos, transcritos y analizados cualitativamente mediante análisis de contenido hermenéutico-dialéctico, a partir de las categorías previas definidas por los principios del cooperativismo presentados por la Organización de Cooperativas Brasileñas (OCB), en referencia a Rochdale (1844), son: adhesión libre y voluntaria; gestión democrática; participación económica de los socios; autonomía e independencia; educación, formación e información; intercooperación; e interés por la comunidad. Como resultados se derivan 28 directrices de buenas prácticas para la Gobernanza en las Cooperativas, para la reflexión y la acción, considerando la posibilidad de consolidación de los principios y la institucionalización de los procesos que tienen como objetivo garantizar la misión de estas empresas.

Palabras clave: Organizaciones No Gubernamentales. Gestión Social.

BEST PRACTICES IN GOVERNANCE AND COOPERATIVE PRINCIPLES DOCUMENTED BY AROUNDTHEWORLD.COOP

ABSTRACT

Facing the challenge of conceiving the cooperative governance according to the values and principles of its organizational model and the socioeconomic context, the research aims to understand the conception of governance in narratives extracted from the project Around The World.Coop, whose documentaries situate experiences of cooperative members in countries like Italy, Morocco, Rwanda, Nepal, Malaysia, United States, Australia, Poland, Costa Rica, Brazil, Argentina and Uruguay. For this, the corpus of the research gathers 13

microdocumentaries, from 11 to 18 minutes, transcribed and analyzed qualitatively by hermeneutic-dialectic content analysis, from the previous categories defined by the principles of cooperativism presented by the Brazilian Cooperatives Organization (OCB), about Rochdale (1844), they are: free and voluntary adhesion; democratic management; economic participation of the members; autonomy and independence; education, formation and information; Intercooperation; and interest for the community. As results are derived 28 guidelines for good practices for Governance in Cooperatives, for reflection and action, considering the possibility of consolidation of principles and institutionalization of processes that aim to ensure the mission of these enterprises.

Keywords: Non-Governmental Organizations. Social Management.

INTRODUÇÃO

No final do século XX, surgem variadas inovações administrativas relacionadas ao controle, na busca de soluções para conflitos entre gerentes e proprietários conforme com contribuições da teoria da agência (Barros, 2009). A governança corporativa amplia esse debate, visando um sistema decisório mais equilibrado, para minimizar excessos praticados por gestores, para melhor atendimento dos interesses dos proprietários, ou investidores (Vilela, Serafim Ferraz & Sofia Ferraz, 2015; Crisóstomo, Vasconcelos & Carneiro, 2021).

Em relação à natureza do empreendimento, deriva-se compreensão sobre a governança em relação às cooperativas, que, também, possui compromissos relacionados aos proprietários, em que a participação nas decisões estratégicas é central (Guerrero, Lapalme, Herrbach & Séguin, 2017), e, ainda, problemas de governança, como conflitos de interesses entre membros da cooperativa, sustentando atenção aos princípios do cooperativismo (Bacen, 2008). Assim, as cooperativas possuem “dupla função” – de associação e de empresa – (Rodrigues, 2007).

As cooperativas, como organizações sem fins lucrativos, crescem em relevância em função do alinhamento aos objetivos do campo público e ao interesse coletivo, contribuindo com a sociedade com a oferta de serviços que elevem o desenvolvimento da comunidade, com o atendimento das necessidades das pessoas menos favorecidas (Rodrigues, 2007). Nesse entendimento, a atividade cooperativista contribui para a promoção do crescimento econômico, e, também potencializa a inclusão social (OCB, 2016).

As cooperativas são organizações de empreendimento coletivo, com vinculação autônoma e voluntária, com base em valores de autoajuda, auto responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade (International Co-operative Alliance [Coop], 2020), na busca do bem-estar dos cooperados e da sociedade (Arrigoni, 2000). Com base em Rochdale Society of Equitable Pioneers, citado por OCB (2016), as cooperativas atuam com base em sete princípios: adesão livre e voluntária; gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; Intercooperação; e

interesse pela comunidade (OCB, 2016). Valores pouco cultivados no sistema socioeconômico dominante (Faria, 2017), reforçando análise sobre como mecanismos institucionais de autoridade, responsabilidade, controle, participação e acesso à informação, relevam-se mais adequados a cada modelo de cooperativa (Bialoskorski Neto, Barroso & Rezende, 2012; Pinheiro & Paes De Paula, 2016).

Conforme a Lei do Cooperativismo Nacional, n. 5.764/71, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) representa o sistema cooperativista no Brasil, sendo que as cooperativas nacionais têm a obrigatoriedade de registrar-se nesse órgão ou na respectiva entidade constituída em seu estado (Brasil, 1971). Para a OCB (2020a) há sete áreas do cooperativismo, que classifica as organizações conforme o trabalho que realizam: Agropecuário; Consumo; Crédito; Infraestrutura; Saúde; Trabalho, Produção de Bens e Serviços; e Transporte. Até 2019, existiam 13 ramos diferentes, reorganizados e formalizados com a Resolução OCB nº. 56/2019, para fortalecer a representatividade de cada ramo, bem como aprimorar a realização de ações em prol das cooperativas nacionais (OCB, 2020a).

Os números do cooperativismo brasileiro, conforme a OCB (2020b), vêm crescendo nos últimos anos e consolidando a relevância desse modelo de negócio ao desenvolvimento do país. Em 2018, 6.828 cooperativas existentes no território brasileiro, com 14,6 milhões de cooperados e pouco mais de 425 mil empregados, sendo o agropecuário o que mais se destaca em relação à quantidade de cooperativas no país, seguido a área de transporte. Nesse contexto, as cooperativas geraram um retorno (direto e indireto) de R\$ 16 bilhões à população em 2018, dos quais R\$ 7 bilhões envolve pagamento de tributos e R\$ 9 bilhões foram repassados diretamente à sociedade na forma de salários e benefícios aos colaboradores dessas organizações (OCB, 2020b).

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2015, p. 20), a natureza jurídica da cooperativa consiste em uma sociedade de pessoas que se unem por objetivos comuns, visando oportunizar melhorias socioeconômicas aos cooperado, e cuja distribuição de resultados e direitos políticos estão “desvinculados da participação no capital”, sendo a distribuição de resultados “vinculada às operações efetuadas pelos sócios com a sociedade”, e os direitos políticos “vinculados às pessoas”. Para uma boa governança em cooperativas, a participação coletiva, compreendida na configuração da gestão democrática, da autogestão e da gestão social (Cançado et al., 2014), prevê relações solidárias em contexto de organizações autogestionárias (Pinheiro & Paes De Paula, 2016), com ênfase no diálogo coletivo (Tenório, 2005).

Em função da relevância social desses empreendimentos (Bialoskorski Neto, 2007; Bialoskorski Neto, Barroso & Rezende, 2012), análises que agreguem valor às políticas e às práticas das cooperativas demandam pesquisas sobre governança, de modo a preservar os interesses coletivos e a garantir a contribuição social de suas atividades (Santos, Santos & Silva, 2020). Esse caminho revela-se desafiador, face ao sistema socioeconômico centrado em valores competitivos (FARIA, 2017), dificultando a concepção associada à governança em que valores coletivos e participativos deveriam pautar os processos decisórios (Pinheiro & Paes De

Paula, 2016).

Dessa forma, ante o desafio de conceber a governança cooperativa em função dos valores e princípios de seu modelo organizativo e o contexto socioeconômico dominante, a pesquisa objetiva compreender a concepção de governança com base nos princípios do cooperativismo, por meio de narrativas extraídas do projeto Around The World.Coop, cujos documentários situam experiências de cooperados em países como Itália, Marrocos, Ruanda, Nepal, Malásia, Estados Unidos, Austrália, Polônia, Costa Rica, Brasil, Argentina e Uruguai. Para tanto, se reconhece as possibilidades analíticas dos estudos observacionais, como se depreende de pesquisas que utilizam a abordagem a exemplo de Matos, Queiroz, Lopes, Frota e Saraiva (2012), Rosa e Marques (2018) e Estanislau, Castro, Vieira e Resch (2012).

PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO E BOAS PRÁTICAS EM GOVERNANÇA

Para Arrigoni (2000, p. 53), a sociedade cooperativa se diferencia de outras categorias de empresa/sociedade, em função da centralidade das pessoas no processo, “visando à solidariedade e a busca do bem-estar de seus sócios e da sociedade em geral”, para alcançar equilíbrio na busca de objetivos econômicos e sociais. Nesse sentido, o cooperativismo representa uma forma de economia social, haja vista que a propriedade dos meios de produção é dos próprios trabalhadores, e que se fundamenta em valores que dão origem a seus princípios, constituindo, assim, a “base doutrinária do cooperativismo” (Arrigoni, 2000, p. 54).

O cooperativismo constitui, portanto, um “modelo de negócios pautado pelo empreendedorismo e pela participação democrática”, que reúne pessoas que compartilham interesses e a busca de resultados, com foco no atendimento aos anseios do coletivo e não do individualismo” (OCB, 2016, p. 6). A atuação cooperativa é orientada por sete princípios “derivados das normas criadas pela primeira cooperativa de Rochdale”, há mais de 170 anos, e mantidos até os dias atuais pela Aliança Cooperativa Internacional; sendo por meio deles que se alcança o exercício dos valores cooperativistas (OCB, 2016), são eles: adesão livre voluntária; gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; Intercooperação; e interesse pela comunidade.

Sobre práticas relacionadas à governança em cooperativas, a pesquisa de Pinho, Gonçalves e Lima (2020), observam que os cooperados, geralmente: (i) desconhecem os princípios do cooperativismo, mas possuem confiança na gestão e na aplicação das normas; (ii) não participam das assembleias, mas reconhecem os meios de comunicação utilizados para convocações; (iii) tem suas ideias ouvidas; (iv) não tem acesso às atas, mas consideram sua redação entendível; (v) acreditam que a divulgação de informações gerenciais seja suficiente; (vi) conhecem os canais institucionais entre associados e conselho fiscal; (vii) estão satisfeitos com a prestação de contas. Dessa forma, os autores concluem haver desinteresse dos cooperados sem cargos de gestão, sugerindo que o fortalecimento de práticas de educação

cooperativa poderia contribuir com boas práticas de governança.

Por outro lado, considerando especificamente as funções de fiscalização e controle, a pesquisa de Tosini e Bastos (2008) analisa como os associados, a auditoria, o conselho fiscal e as demais instituições do sistema contribuem para a manutenção e crescimento do negócio. Dentre os resultados sobre o 'controle', observam: (i) baixa participação em assembleias, (ii) falta de consciência de direitos e deveres, e (iii) dificuldades na inclusão de itens em pautas de assembleias; (iv) falta de estruturas de auditoria interna, ou eventuais falhas na garantia de independência dos trabalhos de auditorias; (v) atribuições e relevância do conselho fiscal desconhecidas pela maior parte dos associados. Tais aspectos reforçam desafios para a governança, em particular relacionados à participação e institucionalização dos processos.

Hocayen da Silva, Caleman e Hocayen-da-Silva (2018) estudaram a relação entre governança, princípios cooperativistas e valores cooperativistas conforme a Lei 5.764/71, com análise do Guia das Melhores Práticas de Governança para Cooperativas de 2015, publicado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e do Manual de Boas Práticas de Governança Cooperativa de 2016 publicado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Para o estudo, Hocayen da Silva, Caleman e Hocayen-da-Silva (2018) definiram três categorias analíticas: (i) 'Contexto Institucional e Histórico de Construção', observaram que os documentos foram criados em um contexto externo aos cooperados, contrariando os princípios cooperativistas de autonomia e gestão democrática; (ii) 'Objetivos e Propósitos Declarados', informam que o Guia do IBGC não aprofunda questões de natureza legal e que o Manual OCB seria mais abrangente ao cooperativismo brasileiro; e (iii) 'Estrutura, Conteúdo e Propostas de Gestão e Organização', analisam que, apesar de ambos os documentos aconselharem a criação de comitês de transparência devem ser renovados periodicamente e não devem obstaculizar as decisões. Os autores também discutem sobre o princípio Educação, Formação e Informação, que ao permear as ações contribuem com a governança.

Maciel, Seibert, Silva, Wbatuba e Salla (2018), por outro lado, estudaram uma cooperativa para compreender as estruturas de governança visando contribuir com a sustentabilidade e legitimidade da entidade. Os autores apresentam sugestões, tais como: (i) alinhamento na atuação da diretoria e conselho de administração; (ii) contratação de gestores profissionais para a diretoria executiva; (iii) instituição de mecanismos complementares de controle interno, como comitês e normas internas; (iv) contratação de especialistas para serem ouvidos pelos conselhos; (v) investimento em formação continuada para a gestão; (vi) ampliação da divulgação de informações sobre ações socioambientais, econômicas e financeiras; e, (vii) aprimoramento de práticas de compliance para prevenir conflitos judiciais.

Sousa (2020) analisou práticas de governança corporativa na estrutura organizacional das dez maiores cooperativas de créditos singulares do país, com enfoque nos indicadores de governança corporativa Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), que representa instrumento para avaliação de desenvolvimento de governança, alinhado com as recomendações do Guia do IBGC. Com a divisão em 5 eixos 'conselho deliberativo', 'controle e

supervisão financeiro e econômico', 'estratégia e gestão', 'políticas institucionais', 'transparência e relação com partes interessadas', Sousa (2020) observou que a maioria das organizações (i) possui conselho administrativo atuante com regras bem definidas e dispostas nos sítios eletrônicos; (ii) possui conselhos fiscais autônomos e independentes, com auditoria externa para análise contábil; (iii) tem conselhos deliberativos atuantes e participação dos executivos nas reuniões de conselhos, (iv) tem seu código de ética publicado, assim como possuem canais de denúncias; (v) há representatividade das partes nas decisões, bem como informações publicadas sobre missão, visão, principais projetos e ações, e informações econômico-financeiras e contábeis.

Em relação ao controle gerencial, Bialoskorski Neto, Barroso e Rezende (2012) desenvolveu pesquisa sobre o tema a partir das concepções 'custos de agência' e 'assimetria de informações' existentes nas relações entre os cooperados. Analisaram cinco cooperativas de crédito rural, dividindo-as em dois grupos, considerando propriedade e de controle: (i) aquelas que separam em diferentes agentes, tendo executivos profissionais (M2), (ii) e aquelas em que essas funções são realizadas pelos mesmos agentes, dentre os próprios cooperados (M1). Com base nos achados, os autores concluem, ser importante levantar discussões sobre mecanismos de 'controle' mais adequados a cada modelo de cooperativa, considerando as necessidades e o envolvimento dos membros, na busca por maior eficiência econômica, com atenção aos princípios e valores orientativos dos empreendimentos cooperativos.

Com referência nos estudos de Pinho, Gonçalves e Lima (2020), Bastos e Tosini (2008), Hocayen da Silva, Caleman e Hocayen-da-Silva (2018), Maciel, Seibert, Silva, Wbatuba e Salla (2018), Sousa (2020) e Bialoskorski Neto, Barroso e Rezende (2012), depreende-se que a participação e envolvimento, na perspectiva da representatividade coletiva atuante, é reconhecida como fundamental às boas práticas de governança, ao passo que transparência e controle referenciam a participação no que tange à melhor contribuição aos processos decisórios.

Nesse caminho, associado ao leque de boas práticas e desafios associados à governança em cooperativas, observa-se, também, demanda: (i) gestão democrática, considerando a tomada de decisão coletiva, participativa e igualitária, um membro, um voto); (ii) autogestão, diferenciada da gestão democrática a partir da dimensão política, considerando uma posição crítica e emancipatória; e, (iii) gestão social, diferencia-se pelo entendimento esclarecido, que enfatiza as discussões e argumentações, sendo mais relevantes do que o voto, dado que este será derivado da compreensão esclarecida e de consensos coletivos (Cançado, Rigo, Iwamoto & Pinheiro, 2014).

Nas organizações coletivistas, ou organizações coletivas de produção associada (OCPA), há pressupostos de participação de todos nas decisões, cooperação no trabalho, sustentabilidade e comprometimento político (Faria, 2017). A auto gestão pressupõe reestruturação do poder e da estrutura organizacional, com a distribuição do capital de forma equânime, ausência de hierarquias e a organização do trabalho baseada na relação reflexão/pensamento-ação; além disso, os fundamentos de ações coletivas envolvem a

construção de mecanismos institucionais de autoridade, responsabilidade, controle, participação e acesso à informação (Pinheiro & Paes De Paula, 2016). Com isso, há maior valorização do trabalhador e consciência da corresponsabilidade (Faria, 2017).

Em defesa de boas práticas à governança em cooperativas, a gestão social contribui com o princípio da solidariedade, envolvendo concordância e inclusão, sustentada pela dinâmica coletivista, cujo diálogo é elemento central; em contraste com a gestão estratégica, que se estrutura nas leis do mercado, na competição e em decisões individualizadas (Tenório, 2005). Nesse sentido, as relações que se desenvolvem no âmbito da gestão social são fundamentadas na participação, ou seja, a legitimidade do processo decisório se desenvolve a partir de discussões inclusivas e plurais, ressaltando a igualdade participativa e a autonomia dos sujeitos, tendo como finalidade o bem comum (Tenório, 2005).

Cançado, Tenório e Pereira (2011, p. 697) apresentam a gestão social, em síntese, como “a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último”; sendo um campo do conhecimento em construção, que, diferentemente da gestão estratégica, direciona seu sentido para o envolvimento coletivo na tomada de decisão, não hierarquizada, cujo enfoque consiste na sociedade e não no mercado.

METODOLOGIA

Esta pesquisa desenvolve um levantamento bibliográfico e documental (Gil, 2008), através de arquivos de áudio e vídeo, no intuito de identificar concepções relacionadas à governança em cooperativas, com suporte em documentários que apresentam projetos de cooperativas espalhadas pelo mundo.

No que se refere ao corpus da pesquisa, foi possível identificar 13 microdocumentários (Quadro 1), que estão disponíveis na ‘web’ no ‘YouTube’, produzidos nos anos de 2019 e 2020, pela Around The World.Coop, projeto de um casal que percorre países documentando diferentes modelos de cooperativas, com base em depoimentos filmados de seus membros. A utilização dos vídeos possibilitou o registro da experiência das cooperativas em diferentes países, bem como representações associadas à temática da governança a partir dos membros desses empreendimentos. Cada episódio possui entre 11 e 18 minutos, conforme quadro 1.

Quadro 1

Microdocumentários Projeto ‘A CooperativeSstory’

	Vídeo 1	Vídeo 2	Vídeo 3	Vídeo 4
Título	A cooperative story nº 1: La Casa di Alice – Castel Volturno, Italy	A cooperative story nº 2: Coopérative Agricole Féminine Toudarte - Toudarte imsouane,	A cooperative story nº 3: Coproriz-Ntende – Ntende, Rwanda	A cooperative story nº 4: Bhabishya Nirman Sana Kishan Cooperative – Dakshinkali, Nepal

		Morocco			
Duração	14:35"	15:21"	15:31"	16:07"	
	Vídeo 5	Vídeo 6	Vídeo 7	Vídeo 8	
Título	A cooperative story nº 5: Koperasi MRSM Kepala Batas Berhad – Penang, Malaysia	A cooperative story nº 6: Boomalli Aboriginal Artists Co-operative – Sidney, Australia	A cooperative story nº 7: The Cheese Board Collective – Berkeley, California, USA	A cooperative story nº 8: Up&Go Platform Cooperative – New York, USA	
Duração	12:53"	15:31"	18:28"	11:35"	
	Vídeo 9	Vídeo 10	Vídeo 11	Vídeo 12	Vídeo 13
Título	A cooperative story nº 9: Renewable energy coops in Costa Rica: a fair model for a clean future – Costa Rica	A cooperative story nº 10: COPPALJ – Lago do Junco, Maranhão, Brazil	A cooperative story nº 11: Creando consciencia – Benavidez, Buenos Aires, Argentina	A cooperative story nº 5: Castalia – Barrio Sur, Montevideo, Uruguay	A cooperative story nº 13: Kooperatywa Dobrze - Warsaw, Poland.
Duração	16:57"	18:27"	16:47"	14:50"	17'43"

Fonte: Microdocumentários da Série "A cooperative story" – Aroundtheworld.coop. Ano 2019/2020.

Disponíveis no Youtube (<https://www.youtube.com/channel/UCcKPCevcxi1rcZYics0u6-g>)

Cada microdocumentário apresenta uma cooperativa em países distintos, favorecendo insights sobre como cada cultura apresenta suas experiências sobre o tema em debate. Cada vídeo possibilita a observação ampliada do espectador com a experiência (Tames, 2014), por meio da observação do pesquisador (Marconi, 1986). Durante o processo de transcrição dos microdocumentários, os nomes dos membros das cooperativas estão representadas pelas suas iniciais, complementadas pela função, projeto ou entidade que representam.

Utilizou-se como referência a definição de Flick (2004), que propõe um modelo de análise de dados audiovisuais composto por 4 etapas: Fase 1 – assistir ao material para anotação das impressões e questionamentos gerados; Fase 2 – formulação da pergunta que

se almeja responder; Fase 3 – análise minuciosa do material, cenas e diálogos, em busca de responder os questionamentos realizados na fase anterior; e, por fim, a Fase 4 – o pesquisador retorna ao material e assiste, por completo, formulando uma interpretação baseada nas análises das fases anteriores.

Em complemento às fases, utilizou-se referência ao processo de categorização na perspectiva de Minayo (1992), para estabelecer classificações e relações. A autora recomenda o desenvolvimento de categorias prévias à coleta de dados, formadas por concepções mais gerais e abstratas, denominadas analíticas; e, na sequência, as que emergem dos dados, mais específicas e concretas, definidas como empíricas. Essa categorização prévia, segundo Brooks, Cluskey, Turley, e King, (2015), devem provisórias, redefinidas ou removidas se não se revelarem úteis ao longo da análise dos dados. Para a pesquisa foram definidas como categorias prévias os princípios do cooperativismo, conforme apresentado pela OCB, em referência à Rochdale (1844), são elas: adesão livre e voluntária; gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; Intercooperação; e interesse pela comunidade.

Por fim, importante compreender que esse processo de categorização de aproxima do exercício conceitual, ao passo que conceito pode ser definida como “unidades de significação que definem a forma e o conteúdo de uma teoria”, ou seja, procedimentos mentais, hierarquizados, que reproduzem uma concepção a respeito da realidade, por isso a necessidade de apreendê-los, analisá-los e defini-los (Minayo, 1998, p. 92).

Minayo (1992) sugere que as categorias sejam analisadas com suporte em análise de conteúdo hermenêutica-dialética, ao situar a fala dos atores sociais em relação ao contexto, para melhor compreender as narrativas. Sugere que essa análise seja desenvolvida em níveis: (i) primeiro nível, que envolve as determinações fundamentais (conjuntura socioeconômica e política do qual faz parte o grupo social a ser estudado); e (ii) segundo nível, que corresponde ao encontro do pesquisador com os fatos na pesquisa, ou seja, com as comunicações individuais, as observações, dentre outros. Por fim, Minayo (1992) que uma terceira etapa seja desenvolvida, a da análise final, que envolve a articulações entre os dados e as teorias, e, também as categorias analíticas e empíricas.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Com a apreciação dos documentários, seguindo as etapas sugeridas por Flick (2004), e orientações de Minayo (1992, 1998) e Brooks, Cluskey, Turley, e King, (2015), os vídeos passaram por processo de transcrição integral, e, na sequência, foram extraídos segmentos de textos com núcleos de sentidos emergentes. Após três etapas de leitura flutuante e análise, os segmentos foram extraídos e reunidos conforme quadro 2, sendo, posteriormente, analisados, com a atribuição de categorias empíricas em referências às analíticas.

Quadro 2

Trechos das entrevistas apresentadas nos Microdocumentários da Série “Aroundtheworld.coop:

A Cooperative Story”.

SEGMENTOS DE NARRATIVA
CATEGORIAS ANALÍTICAS: Adesão livre e voluntária/ Autonomia e independência
<p>[...] Eu vou [...] não apenas porque é o meu trabalho, mas porque quero fazê-lo, porque eu amo estar aqui. (Membro_V_1, Itália); “A cooperativa é como uma filha mais velha que eu criei”. (Membro_V_2, Marrocos) “Eu considero como meus pais!” (Membro_V_3, Ruanda); E eu quero que nosso futuro seja brilhante! [...]. Para mim, a cooperativa representa meu renascimento. (Membro_V_4, Nepal); Devemos introduzir a cultura cooperativa, os princípios de cooperação para nossa geração jovem. (Presidente, V_5, Malásia); Nós damos emprego a eles (Vice-Presidente, V_5, Malásia); Por que não transformamos isso em uma cooperativa? O termo que usamos naquela época era coletivo. Foi um sucesso imediato.[...]É minha comunidade, é minha família. [...] E eu quero mostrar a mais e mais pessoas as vantagens de trabalhar cooperativamente e não competitivamente. (Membro_V_6, USA); Começamos com um grupo muito homogêneo, [...] mas nosso objetivo era incluir mais diversidade para refletir a população maior. O critério mais importante para estar aqui é que você queira estar aqui. Você quer fazer parte deste tipo de corpo político alternativo onde consideramos que o capitalismo não é a única forma possível de ganhar a vida. (Membro_V_6, USA); [...]porque que a gente quer fazer parte? [...]” (Membro_V_10, Brasil); Quando começamos, [...] cada um de nós contribuiu com seu grão de areia, um com conhecimento, outro com trabalho, outro com capitalização (Presidente, V_11, Argentina).[...] Quando entrei na cooperativa, entrei porque não haviam outras oportunidades e também porque era um emprego estável. (Membro_V_11, Argentina); É realmente um milagre o tipo de pessoa que a cooperativa atrai. [...] mas por muito tempo realmente dependemos de pessoas prontas para dedicar seu tempo livre. (Membro_V_13, Polônia); Os jovens se organizam nas chamadas cooperativas sociais. [...] que envolvem pessoas que estão desempregadas. (Presidente, V_13, Polônia); A comunidade é tudo, [...], todos se entendem, é um lugar onde você pode ir e estar seguro e se apresentar com segurança, sem críticas e [...]. (Membro_V_6, Austrália); “Somos um grupo de amigos que compartilham a mesma paixão por atividades sociais, [...], o mesmo amor pela nossa região. (Vice Presidente, V_1, Itália); É como fazer parte de uma grande família,[...] nós discutimos e nos amamos (Membro_V_7, USA); A gente passa muito tempo aqui e tem um clima tão lindo, tenho muitas [...] leis, somos uma família (Membro_Vídeo 11, Argentina); [...] como é possível que isso esteja funcionando?” É tão bagunçado tantas vezes. Mas eu acho que é a beleza disso. [...] eu amo a cooperativa porque é diferente e eu amo a cooperativa porque vai contra a corrente, não com a corrente. (Membro_V_13, Polônia). [...] Geramos nossa própria renda, [...] usamos o dinheiro para gerar nossos negócios. (Vice-Presidente , V_5, Malásia); [...] podemos nos tornar donos do nosso destino, [...] sendo protagonistas de nossas próprias vidas.” (Vice-Presidente, V_1, Itália). [...] as cooperativas deram às pessoas o poder em seus negócios e em sua economia para cuidar de si mesmas, [...] de suas comunidades. (Presidente, V_8, USA); “Trabalhando juntos e compartilhando atividades sociais [...].” (Membro_V_1, Itália); “nós realizamos os sonhos das mulheres da cooperativa que era visitar a Meca. [...] este sonho se cumpriu graças a cooperativa”[...] “Quando perguntei: “Qual o sonho de vocês?”. [...]Trabalhamos duro para realizar esse sonho. [...] (Presidente, V_2, Marrocos); Antes da existência da cooperativa não éramos fortes e não sabíamos nada. [...] agora confiamos em nós mesmas. (Secretária, V_2, Marrocos); As mulheres agora têm o direito de falar, antes éramos invisíveis (Membro_V_3, Ruanda); eu posso sentir o quanto eu desenvolvi, porque a cooperativa me moveu [...]. (Membro_V_3, Ruanda); eu era muito pobre, eu me sentia tímida, [...] não podia falar em público. [...] A cooperativa é a minha solução! [...] Em nenhuma circunstância</p>

deixaria a cooperativa. (V_3, Ruanda); [...] eu duvidava da minha capacidade de pagar o empréstimo. (Membro_V_4, Nepal); [...]“oh, se você fosse o dono, como faria de forma diferente?”[...] é nosso e quando acertamos, nós também, como indivíduos, obtemos benefícios. (V_7, USA); [...] Hoje em dia tenho outros objetivos porque consigo visualizá-los! [...] Isso não é apenas trabalho, [...] um não pode crescer sem o outro e esse é o aspecto mais importante. (Membro_V_8, USA); [...] retribuir todo o esforço, toda a luta [...] pra que hoje a gente tenha uma condição de vida. [...] Eu sou fruto de uma luta, de uma resistência [...] o que eu tenho pra dizer da cooperativa é deu ter acordado [...]. (Membro_V_10, Brasil); Nós permitimos que as pessoas sejam flexíveis com a programação. (Membro_V_7, USA); [...] é resultado de grupo organizado. (**Coordenador**, V_10, Brasil); [...] a nossa vida ela é feita de batalhas, de luta, pra enfrentar tudo, o custo de vida, a sustentabilidade, a ignorância e a incompreensão. (**Manager**, V_10, Brasil); Na última década, vimos um grande aumento no interesse por usar o modelo de negócios cooperativo [...] nos Estados Unidos estamos experimentando uma maior desigualdade social [...] estão perdendo seu lugar na economia. E as cooperativas de trabalhadores são uma das melhores estratégias para as pessoas assumirem o controle novamente de sua vida. (Membro_V_7, USA).

CATEGORIAS EMPÍRICAS - Relação familiar/Afetiva –Comunitária; ‘Empregos reais’/ Estabilidade; Inclusão e diversidade/ Reconhecimento da potência humana; Cooperação versus competição; Corpo político alternativo; Renovação produtiva e pedagógica/ juventude

CATEGORIA ANALÍTICA: Gestão democrática

“A cooperativa tem uma boa gestão e [...] bom impacto no aspecto social” (**Delegado Regional**, V_2, Marrocos) quando os membros da cooperativa contribuem para a cooperativa, a cooperativa devolverá os benefícios aos associados. (Membro_V_5, Malásia); Nós precisamos como uma comunidade global, [...], é a melhor maneira de buscar a igualdade. Trabalhamos juntos [...], podemos fazer mudanças e [...] temos que começar em nossas próprias comunidades. (Membro_V_6, Austrália); Funciona como uma espécie de modelo anárquico, pagamento igual para o trabalho igual. [...] todos os trabalhos são alternados. (Membro_V_7, USA); Temos três níveis de tomada de decisões. [...] E temos um facilitador que vem e nos ajuda a organizar nossas reuniões. (Membro_V_7, USA); Eu nunca me importo com a decisão que o grupo toma, eu me preocupo que o grupo tome a melhor decisão para o grupo. (**Facilitador**, V_7, USA); É um modelo solidário, um modelo que permite às pessoas pagarem uma tarifa competitiva e justa por serviços (**Gerente de Comunicação**, V_9, Costa Rica); A cooperativa também contribui organizando encontros com a comunidade para não só dar acesso à energia elétrica, mas também trazer outros benefícios que estão relacionados à cooperativa. (Membro_V_9, Costa Rica); A nossa cooperativa sempre foi a maioria mulher só que as mulheres só faziam parte do quadro de associados como sócias, agora participa da gestão, na diretoria, poder de decisão e essas coisas. (**Presidente**, V_10, Brasil); Eu gosto de tá presente, [...] Eu fui a primeira mulher presidente da cooperativa. [...] quando eu saísse ter outra pessoa, assim, se sentir com aquele poder também que a mulher também podia estar lá. E aconteceu! (**Presidente**, V_10, Brasil). Agora eu vou ser sócia, mas eu posso ser uma diretora, eu posso ajudar a expandir ainda mais (Membro_V_10, Brasil); Acho que a lei garante o funcionamento solidário das cooperativas. [...] Tenho que pedir permissão ao grupo (Membro_Vídeo_12, Uruguai).

CATEGORIAS EMPÍRICAS - ‘Boa gestão’/impacto social); Participação na vida da comunidade; Comunidade Global e Local/Glocal; Modelo Anárquico/Trabalho igual -Pagamento igual; Tomada de decisões por níveis/ sim, não, e bloqueio -razão moral); Facilitador do processo de decisão/

Imparcial – tradução (melhor decisão para o grupo); Desafios do **processo decisório democrático/tamanho**; **Participação e gestão feminina**; **Funcionamento solidário normatizado**

CATEGORIA ANALÍTICA: Participação econômica dos membros

“A cooperação [...] é de natureza econômica e busca fazer a economia com base em um princípio diferente do passado, o princípio da solidariedade.” (Presidente, V_1, Itália); Temos tido sucesso como cooperativa é que a cada 4-5 anos decidimos tentar algo novo. (Membro_V_7, USA); “Foi natural fundar uma cooperativa social. [...] representar uma alternativa econômica e social válida.” (Vice Presidente, V_1, Itália); “Quando a cooperativa cresceu, começamos a pensar em diversificação. É por isso que tivemos que pensar como empreendedores.” (Gestor de Investimentos, V_3, Ruanda); Sem trabalho não emprestamos dinheiro. Depois de ter emprestado o dinheiro, nós os monitoramos mensalmente. (Diretora, V_4, Nepal); “O agronegócio depende do clima, por isso essa cooperativa iniciou outros investimentos. (Diretor, V_3, Ruanda); “[...] existe uma grande demanda por um modelo econômico alternativo, feito principalmente de inclusão e inovação e isso se traduz: para manter as pessoas dentro, para defender o meio ambiente e ter toda a comunidade como seu protagonista. (Oficial de comunicação, V_1, Itália) ; “a cooperativa fornece tudo para os agricultores. [...]Conseguimos construir um fundo cooperativo, [...]. Damos alguns pequenos empréstimos para usar quando estão cultivando arroz.” (Diretor, V_3, Ruanda); A cooperativa nos concedeu um empréstimo a uma taxa de juros mais baixa que eu poderia conseguir aqui (Presidente,V_4, Nepal); “Sem o empréstimo cooperativo estava perdida. (Membro_V_4, Nepal); [...]dividimos os lucros [...] com base [...] no número de horas que cada pessoa trabalhou. (Membro_V_7, USA); os membros são os proprietários dessas cooperativas. [...]A retribuição econômica é usada para melhorar os serviços que serão distribuídos entre os membros. (Gerente de Comunicação,V_9, Costa Rica); Há também o Banco de Desenvolvimento de Pequenos Agricultores e a maioria de suas ações são de propriedade de cooperativas agrícolas de pequenos produtores. [...] Temos 82% de membros mulheres em nossa rede e 40% dos jovens trabalham em nossas cooperativas e a maioria deles já iniciou a atividade empresarial. (Gerente, V_4, Nepal); O nosso óleo é orgânico, nós temos essa certificação pelo IBD desde 1998. (Gerente, V_10, Brasil); o “Creando Conciencia” nunca teve um bilhão de dólares e nós criamos 51! Isto é o que o mundo deve compreender (Membro_V_11, Argentina); Se um membro atrasar [...] ele fala com a diretoria e a cooperativa paga uma parte, então o membro paga tudo o que resta. É disso que se trata a cooperativa. Se alguém da cooperativa tem um problema, precisamos conversar e encontrar uma solução. (Membro_V_12, Uruguai); Às vezes, considero nosso modelo de negócios um formigueiro [...] juntos, criando algo muito grande. [...] dependemos de nossos membros. (Membro_V_13, Polônia); “todas as mulheres da cooperativa têm direito a visitar o médico e obter medicamentos de forma gratuita. Também há uma creche para os filhos. Empregamos uma babá para ocupar as crianças e cuidá-las.” (Diretor, V_2, Marrocos); [...] Isso nos dá uma sensação de grande segurança, estamos felizes porque como cooperados temos benefícios,[...], preservando o meio ambiente. (Membro_V_9, Costa Rica); [...] A cooperativa nos dá o ponto de vista dos consumidores. Uma cooperativa é, [...] um local onde agricultores e consumidores têm a oportunidade de se encontrar. (Fazendeira V_13, Polônia)

CATEGORIAS EMPÍRICAS - ‘Princípio solidário/Não deixar ninguém para trás; Empreendedorismo/Crescimento, Diversificação; Diversificação e sustentabilidade do negócio/Clima/ agronegócio; Modelo econômico alternativo/ Inclusão, inovação e sustentabilidade, protagonismo comunitário, Divisão de lucros baseado na dedicação/ horas de trabalho; Fundo e Banco cooperativo/Educação, saúde e financiamento; Geração de novos negócios/Ambientalmente

sustentáveis; **Desenvolvimento local/** territorial/ comunitário; **Suporte financeiro** (para membros com dificuldades); **Dependência do trabalho coletivo/Modelo** formigueiro; **Monitoramento/Uso** de empréstimos.

CATEGORIA ANALÍTICA: Educação, formação e informação

“[...] hoje acolhe cerca de 30 crianças de todas as etnias. (Membro_V_1, Itália); Aprendi a lidar com muitas pessoas ao mesmo tempo, [...] tudo isso me educou muito e me ensinou a me desenvolver como ser humano; [...] é aprender a fazer coisas novas e querer ser uma pessoa melhor a cada dia. (Membro_V_11, Argentina); focamos na alfabetização para mulheres e educação para crianças, [...] (**Presidente_V_2**, Marrocos); Não adquirimos esse conhecimento de outro lugar, pegamos na cooperativa! Conhecemos a igualdade de gênero [...] como mulheres, nos juntamos à cooperativa e conhecemos nossos direitos. (Membro_V_3, Ruanda); Se os seres humanos estão em um grupo, [...] podem criar inovação. (Membro_V_4, Nepal); [...] trabalhar pelo empoderamento das mulheres. No início, eu queria fazer cursos de formação de eletricista e a cooperativa deixou participar, mas a família não. (**Diretora_V_4**, Nepal); [...] a cooperativa realmente me ensinou a realizar um sonho [...] ser uma garotinha, [...] que tem responsabilidades para fazer e tem que enfrentar e encontrar soluções para problemas. (**Membro/Estudante_V_5**, Malásia); As habilidades sociais são muito importantes se você for um membro do conselho de administração desta cooperativa. (**Vice-Presidente_V_5**, Malásia); [...] aprendi muitos valores, pude desenvolver meu carisma pessoal (**Membros do Conselho_V_5**, Malásia); Todas as nossas exposições são políticas porque estamos tentando criar uma mudança social; [...] são minhas histórias e são minhas experiências e ser capaz de compartilhar isso com as pessoas [...] e passar essas coisas adiante é extremamente importante.; [...] acho que é inspirador para os mais jovens, [...] há uma mudança de geração [...] a reciprocidade da troca intergeracional é absolutamente elementar no crescimento de qualquer sociedade (Membro_V_6, Austrália); [...] a cooperativa nos deu fome, fome de conhecimento, que no final nos motiva [...] um trabalho que nos inspira [...]. Essa paixão nos deu essa motivação [...] eu sinto que estou fazendo a diferença [...] porque estou em um projeto que eu sei que vai ajudar muito mais pessoas [...] (Membro_V_8, USA); Não conhecia os meus direitos, os salários não eram justos [...] costumávamos sofrer assédio sexual. Mas agora estamos informados. (Membro_V_8, USA). [...] mais do que olhar para a remuneração financeira está voltada para um suporte melhor e mais holístico e para o crescimento integral de toda a sociedade em termos de saúde, educação e economia. (**Gerente de Comunicação_V_9**, Costa Rica); A cooperativa me mostrou como ser mãe, como ser mulher, participar das assembleias, ter voto em parte da cooperativa (Membro_V_11, Argentina); Palavras como: “sustentabilidade, ecologia, mudança climática” não existiam [...] felizmente, a mentalidade das pessoas mudou muito, há mais conversa sobre um planeta verde e também sobre o que é a economia circular. (**Presidente_V_11**, Argentina); Me dão um tempo livre para estudar também, [...] posso obter meu diploma (Membro_Vídeo 11, Argentina).

CATEGORIAS EMPÍRICAS - (Re) conhecimento dos direitos/ Educação inclusiva; **Relações interpessoais/** interculturais/Habilidades sociais, lidar com as diferenças; **Formação integral/** conhecimento holístico/Querer ser uma pessoa melhor – ajudar e cuidar do meio ambiente; crescimento integral da sociedade (saúde, educação e economia); **Inovação que resulta do diálogo coletivo;** **Soluções de problemas sociais;** **Mudança social/**Posição política; **Compartilhamento Intergeracional;** **Educação para a cidadania/**Participar das assembleias, ter voto); **Educação Ambiental/Sustentabilidade,** ecologia, mudança climática, planeta verde, economia circular; **Igualdade**

CATEGORIA ANALÍTICA: Intercooperação

Podemos, trabalha em uma rede e cadeia de abastecimento. [...] nela está toda a nossa atenção, o nosso caminho. (Membro, V_1, Itália); [...] “com a L’Oréal [...] nos deu um grande impulso e aumentou nossa reputação, porque nos incluiu em um comércio justo.” (**Diretor** V_2, Marrocos); “A cooperativa dedica alguns recursos e trabalha lado a lado com o governo, para melhorar o bem-estar dessas pessoas” (Membro_V_3, Ruanda); “Este sonho era impossível de realizar [...] com ajuda do governo compramos nossa primeira máquina para extrair e produzir óleo de argan.” (**Presidente**, V_2, Marrocos); Compartilhamos nossos problemas com outras pessoas e como sou uma mulher, [...]eu posso entender melhor seus sentimentos e elas podem compartilhar tudo comigo. É por isso que todos me chamam de “irmã”. (**Diretora**, V_4, Nepal); Quando você está na comunidade cooperativa, o mais importante são os relacionamentos, [...] um bom relacionamento é vital. (**Gerente Geral**, V_5, Malásia); Um site ou um aplicativo ou um protocolo mesmo que seja central para a operação de venda de bens ou serviços de uma cooperativa. [...] Portanto, eles têm a propriedade intelectual da plataforma em suas próprias mãos. (**Professor**, V_8, USA); A comunidade aqui se levantou porque conhecia o valor dos recursos naturais e da cultura desse lugar [...] Como resultado, boas sinergias foram alcançadas entre organizações e ONGs [...] vem perseguindo em questões sociais e ambientais. (**Professor**, V_9, Costa Rica); Indicamos uma mulher a vereadora e trabalhamos junto com ela uma lei de acesso livre em todas as áreas. (V_10, Brasil); Eu tinha muito conhecimento, conhecimento suficiente para ter uma ideia do que eu gostaria de desenvolver, mas também estava procurando pessoas com quem pudesse fazer isso[...]. (Membro, V_13, Polônia)

CATEGORIAS EMPÍRICAS - Comércio justo; Cooperação com o Governo; Ajuda Mútua; Relacionamentos cooperativos; Aplicativos e Plataformas; Relações baseadas em valores – sociais e ambientais; Influência política; Compartilhamento de atividades sociais (Trabalho, diversão)

CATEGORIA ANALÍTICA: Interesse pela comunidade

“uma cooperativa social que proporcionará [...] a oportunidade de inventar seu próprio futuro. (...) não adaptando a pessoa para trabalhar, mas o trabalho para a pessoa, seguindo suas aspirações. (**Vice-Presidente**, V_1, Itália); trabalhadores deixados de fora do sistema, reinsereu-os no sistema novamente [...] acesso ao crédito e aos bancos, tenham acesso a uma vida melhor, tenham acesso a cuidados de saúde, [...](**Presidente**, V_11, Argentina); “cooperativa muda nossas vidas, aumenta nosso senso de responsabilidade. [...] temos algo para levar adiante” (Membro, V_1, Itália); “Se não tivesse uma cooperativa, como poderíamos enviar nossos filhos à escola? Como poderíamos ganhar a vida?” (Membro_V_2, Marrocos);a cooperativa nos guiou para criar nosso futuro desde que entramos. (Membro_V_4, Nepal); Eu queria fazer trabalho social [...]percebi que meu trabalho é meu poder. [...] para o bem da ação coletiva, sem fins lucrativos. A cooperativa é a nossa alma [...](**Diretora**, V_4, Nepal); é como um lugar familiar, [...]. É uma comunidade aqui. (Membro_V_7, USA); [...] é uma cooperativa que é propriedade conjunta de empresas de limpeza de propriedade dos trabalhadores. (**Gestor de projeto**,V_8, USA); [...]Agradeço muito porque é nossa, pertence a nós, pequenos proprietários que vivemos nesta região, a cooperativa conseguiu chegar até aos recantos mais remotos [...] Isso é incrível! (Membro_V_9, Costa Rica); [...]necessidade que os agricultores tinham de se libertar do atravessador[...] vender nossos produtos por um preço mais valorizado e comprar mercadoria mais

barata, [...] nenhum agricultor tinha conhecimento de cooperativismo. (**Presidente**, V_10, Brasil); Desde a crise que atingiu duramente a Argentina em 2001, muitas cooperativas começaram a surgir. [...] surgiu a necessidade de podermos formalizar a força de trabalho e nos organizarmos. (**Presidente**, V_11, Argentina); ter acesso à moradia por meio de cooperativas [...] Há um grupo de jovens que está criando uma nova cooperativa, [...] querem criar um cooperativa para poder morar neste bairro (Membro_V_12, Uruguai); [...] por causa do legado comunista, a geração mais velha entende as cooperativas como um modelo de negócios forçado pelo governo. Mas eu vejo depois desse tempo que mudou, [...] Podemos realmente mudar o significado da comunidade e da cooperativa. (Membro_V_13, Polônia)

CATEGORIAS EMPÍRICAS - (Re) Inserção social/Acessos; Projeto de Vida/Futuro; Cultura de cooperação/ Bem-coletivo; Acesso a Moradia; Lugar familiar; Propriedade dos trabalhadores (é nossa, pertence a nós); Superação do desemprego

A categorização revela um trajeto ordenado da realidade investigada com a intenção de apreendê-la conceitualmente. Assim, após sequência de etapas, processo de codificação em que as unidades de significação prévias (categorias analíticas), orientam a atribuição de códigos para unidades de sentido apreendidas pelos segmentos de textos (categorias empíricas).

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A primeira categoria aborda a 'adesão livre e voluntária, que pressupõe a integração da categoria autonomia e independência', dos membros das cooperativas, que, conforme o Manual das melhores práticas de Governança para Cooperativas (OCB, 2016, p. 16), sendo elas "[...] organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações por sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas". Por meio desta categoria, os membros das cooperativas analisadas abordaram em suas falas sobre a relação familiar e comunitária, a estabilidade proporcionada pelos empregos reais, inclusão e diversidade, cooperação entre os membros e um corpo político alternativo. O que reforça que este princípio cooperativista está profundamente conectado aos valores relacionados à liberdade e a igualdade (Biolchi et al., 2021).

Em relação ao 'interesse pela comunidade', segunda categoria, observa-se que o movimento cooperativista trabalha em prol do desenvolvimento sustentado de suas comunidades. Com as narrativas dos membros cooperativistas pode-se observar a (re) inserção social dos membros, atenção ao futuro, bem como ênfase à cultura de cooperação, acesso à moradia, familiaridade, superação do desemprego e sentimento de pertença quanto as propriedades dos membros. Ou seja, as cooperativas devem trabalhar para o desenvolvimento das comunidades por meio de políticas tecidas e apoiadas por seus membros (OCB, 2014), e, ainda, permeia pelo interesse comunitário o pensamento coletivo dos membros, garantindo a participação não só dos cooperados, mas, também, de toda a comunidade em torno da cooperativa (Biolchi et al., 2021).

No que tange à 'gestão democrática', terceira categoria, as cooperativas são

apresentadas como organizações democráticas em suas origens, natureza e essência, comandadas pelos membros que participam da formulação das políticas e tomadas de decisões (Agra, 2018; OCB, 2016), e, também, que todos os membros têm igual direito de voto (OCB, 2014). Na categoria, ainda, enfatiza-se o impacto social alcançado pela “boa gestão” da cooperativa, a constante participação da cooperativa na vida da comunidade, e a relação da perceptiva local com a global (Glocal).

Ainda em relação à terceira categoria, é reconhecida a forma de trabalho e remuneração igualitária descentralizado, incluindo referência ao modelo anárquico. Também se enfatiza a tomada de decisões hierarquizada por níveis, cuja mediação favorece o processo em relação ao alcance dos melhores resultados para o grupo. Destaca-se, a definição de interrupções à tomada de decisão em razão de questões morais, definindo o processo gerencial decisório baseado em valores. Desafios à gestão democrática, são reportados ante o reconhecimento de que a quantidade de membros e participação feminina precisa de considerações mais específicas, face à necessidade do empoderamento dos membros. Tal leitura, converge com a premissa de que cada membro cooperativo, independentemente do valor de sua cota capital, deve assumir o poder de decidir os destinos de sua cooperativa.

‘A participação econômica dos membros’, como quarta categoria, reúne significados relacionados ao princípio solidário, assumido nas interações sociais e econômicas, incluindo menção ao modelo econômico alternativo. Assim, apresenta-se a defesa da participação plena, difusão do empreendedorismo, diversificação para garantir a sustentabilidade nos negócios, em que os negócios devem apoiar-se em inovação, sustentabilidade, inclusão e protagonismo comunitário. Para as relações comunitária, ainda, há ênfase para investimentos em educação, saúde e financiamento, acompanhamento e monitoramento permanente com a finalidade de contribuir com o desenvolvimento local.

Nessa discussão, inclusive, Eschenburg, (1988) reconhece a necessidade de controle e monitoramento da cúpula dirigente, a perspectiva do atendimento da missão da organização em prol dos interesses coletivos. Ainda, importante observar que a cooperativa, em sua relação com o mercado, deve ser economicamente viável externamente e, internamente, em sua relação com os membros cooperados, possuir competências de modo a atender seus membros, de maneira que viabilize suas atividades econômicas (GERCOOP, 2019). Contribui para esse processo, ainda, o sentimento de pertencimento, propriedade e representatividade dos membros, desse modo, a boa governança das Cooperativas são mantidas e desenvolvidas (Banco Central Do Brasil, 2008).

A quinta categoria aborda sobre três questões: ‘a educação, a formação e a informação’. As categorias “educação e formação” na perspectiva interna da cooperativa, e a “informação” mais presente para as questões externas à cooperativa (Fernández, 1995). Observa-se atenção ao desenvolvimento integral holístico cidadão de seus membros, também presente nos estudos sobre esse modelo organizativo em Meira (2020).

Nesse processo, há ampliação do (re) conhecimento dos seus direitos, com base em educação inclusiva, referência à igualdade de gênero, que potencializem as relações

voluntárias interpessoais e interculturais. Com isso, o processo inovativo na busca de soluções às problemáticas emerge do diálogo coletivo, em respeito ao compartilhamento intergeracional, posto preocupação com continuidade das cooperativas pelos jovens, considerando interesse e compreensão sobre a cultura organizacional, apoiados em princípios e valores, como, também, garantem ferramentas adequadas e competências técnico-profissionais (Martínez, 2005), pressupondo, também, na manutenção e estabilidade do vínculo cooperativo de seus membros (Meira, 2020; Biolchi et al., 2021).

Em relação à 'Intercooperação', sexta categoria, reúne elementos que configuram as cooperativas. Para a OCB (2014), essas organizações devem operar com eficácia aos seus membros, com contribuição para o nível da comunidade, e, também, considerações em contornos regionais, nacionais e internacionais, quando trabalham em conjunto. Assim, os relacionamentos cooperativos, recorrem aos valores sociais e ambientais, bem como define influência política em relação ao poder compartilhado. Para maior expressividade da intercooperação, ainda, também é reconhecida a busca de cooperação com o governo, divulgação dos trabalhos em aplicativos e plataformas. Nessa dinâmica é elemento central a atenção ao comércio justo para todos.

Com a intercooperação, as organizações cooperativas e membros trocam ideias, estratégias e experiências, consolidando a importância do trabalho em conjunto e da integração em variados (Mozzato & Golo, 2011; Balestrin & Verschoore, 2008). Por isso, o incentivo à intercooperação (comunicação e informação entre os membros) nas cooperativas como uma maneira de compartilhamento de informações, oportunizando uma aprendizagem e desenvolvimento coletivo (OCB, 2016). Assim, cooperativa é compreendida, também, como instrumento de difusão e informação do conhecimento (Büttenbender, 2010), com incentivo à efetiva participação na atividade econômica da cooperativa (Meira, 2020), na qualidade da gestão das cooperativas em contexto social, incluindo representatividade em relação à vida da comunidade onde está inserida (Charterina, 2015; Fici, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o desafio de conceber a governança em cooperativas a pesquisa buscou compreender a concepção de Governança a partir de narrativas extraídas do projeto Around The World.Coop, por meio de pesquisa observacional, abordagem e qualitativa e análise de conteúdo hermenêutica-dialética. Além das categorias e empíricas (quadro 3), as considerações finais projetam diretrizes para a governança em cooperativas com base nos dados da pesquisa.

Quadro 3

Diretrizes para boas destinadas à Governança em Cooperativas

<p>Adesão Livre e Voluntária/ Autonomia e Independência: (i) Fortalecimento das relações familiares comunitários, com reconhecimento das emoções; (ii) Incentivo à estabilidade e manutenção das atividades laborais. (iii) Reconhecer a potência do ser humano e das diferenças (diversidade), ampliando ações voltadas à inclusão social e econômica. (iv) Estímulo ao desenvolvimento da lógica cooperativa, em substituição à competitiva. (v) Definição da relação do trabalho e formação política para o desenvolvimento local e regional; (vi) Políticas formativas para a transição intergeracional</p>
<p>Interesse pela comunidade: (i) Potencializar acesso a emprego, à renda, à moradia e às oportunidades para a reinserção social produtiva, para a promoção de vida digna. (ii) Desenvolvimento de projetos de vida-trabalho. (iii) Estímulo aos valores coletivista e familiares visando a cultural cooperativa; (iv) Estímulo à identidade cooperativa e ao senso de pertencimento ao empreendimento</p>
<p>Gestão Democrática: (i) Promover modelos gerenciais inspirados na gestão social, com garantia de participação plena igualitária. (ii) Estímulo ao processo decisório com relevância social, mediado pelos valores do coletivo. (iii) Desenvolver de instrumentos normativos e gerenciais solidários para facilitar o processo participativo em função da complexidade dos arranjos organizativos; (iv) Reconhecimento das questões de poder e gênero, para promover o trabalho coletivo.</p>
<p>Participação Econômica dos Membros: (i) Promover modelos econômicos “alternativo” solidários e integrativos. (ii) Conceber e difundir o empreendedorismo com protagonismo, centrado na sustentabilidade do negócio, visando a promoção do desenvolvimento local, regional e territorial. (iii) Desenvolver instrumentos para o monitoramento das divisões coletivas do trabalho e dos ganhos econômicos da cooperativa; (iv) Estímulo ao investimento em educação, saúde e suporte financeiro.</p>
<p>Educação, formação e informação: (i) Estímulo ao (re) conhecimento dos direitos humanos e sociais, para a promoção de formação holística cidadã, centrada na inclusão, no reconhecimento das questões relacionadas ao poder e ao gênero, e da (inter)(trans)culturalidade. (ii) Desenvolvimento de ações educativas para as habilidades sociais e emocionais. (iii) Formar projetos formativos voltados às questões críticas da sociedade (ecologia, mudança climática, planeta verde, economia circular). (iv) Difundir a inovação social, baseado na busca de soluções que contribuam com a mudança social por meio do diálogo coletivo; (v) Estímulo à formação que reconheça as diferentes gerações e seus comportamentos.</p>
<p>Intercooperação: (i) Potencializar diálogo sobre possibilidades cooperativas interinstitucionais em níveis local, regional, nacional e internacional. (ii) Apresentar diretrizes normativas e gerenciais para o exercício do comércio justo. (iii) Reconhecer e formar para os processos comunicativos por meio de aplicativos e plataformas, para divulgação das ações cooperativas. (iv) Estimular a defesa dos valores humanos, culturais e sociais nos processos de cooperação interinstitucional. (v) Reconhecer a influência política sobre as transformações sociais derivadas das ações cooperativas.</p>

Fonte: elaborado pelos autores

Em relação às contribuições, compreende-se que as diretrizes ‘Diretrizes para boas destinadas à Governança em Cooperativas’ reúne elementos favoráveis à reflexão e a ação no âmbito das cooperativas, com a elaboração de produtos técnicos e tecnológicos para a consolidação de princípios e institucionalização de processos que visem a garantia da missão desses empreendimentos.

Por outro lado, o exercício que sustenta a definição de diretrizes envolve abstrações de

um processo que reúne elementos culturais muito variados, em função dos países envolvidos no projeto. Com isso, considerações particulares, com abordagens qualitativas compreensivas podem aprofundar a configuração de diretrizes representativas para contextos sociais, políticos, econômicos e culturais específicos, contribuições com leituras situadas. Paralelamente, portanto, sugere-se pesquisas que análise de documentários sobre cooperativas brasileiras, potencialidades das cooperativas em cadeias produtivas e/ou de trocas e, ainda, abranger concepções relacionadas às dimensões da racionalidade e, por fim, processos históricos coloniais em referência às teorias decoloniais, face à demanda crítica emancipatória que as organizações sem fim lucrativo assumem.

REFERÊNCIAS

- Agra, M. B. (2018) Notas sobre los códigos de buen gobierno corporativo en el ámbito de las sociedades cooperativas. *Cooperativismo e economía social*, (40).
- Arrigoni, F. J. (2000) Aplicações sociais das sociedades cooperativas: um modelo de demonstração contábil. *Caderno de Estudos*, (23), 50-68.
- Balestrin, A. & Verschoore, J. (2008) *Redes de cooperação empresarial: estratégias de gestão na nova economia*. Porto Alegre: Bookman.
- Banco Central do Brasil. (2008) *Governança Cooperativa: Diretrizes para boas práticas de Governança em Cooperativas de Crédito*. Brasília, agosto de.
- Banco Central do Brasil [BACEN]. (2008) *Governança cooperativa: diretrizes para as boas práticas de governança em cooperativas de crédito*. Brasília: BCB. Recuperado em setembro, 2020, de https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/gov_coop/DiretrizesVersaoCompleta.pdf
- Barros, José da Silva. (2009) *A auditoria independente no contexto da governança corporativa*. Dissertação do Programa de Pós-Graduação do Curso de Mestrado Profissional em Administração e Controladoria da Universidade Federal do Ceará.
- Bialoskorski Neto, S. (2007) Um ensaio sobre desempenho econômico e participação em cooperativas agropecuárias. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 45(1), 119-138.
- Bialoskorski Neto, S., Barroso, M. F. G. & Rezende, A. J. (2012) Governança cooperativa e sistemas de controle gerencial: uma abordagem teórica de custos da agência. *Brazilian Business Review*, 9(2), 68-87.

- Biolchi, D. O, Mueller, A. A., Thesing, N. J. & De Almeida Oliveira, D. (2021) OS Princípios Cooperativistas e a Interdisciplinaridade Presentes em uma Cooperativa Escolar. *Revista GESTO: Revista de Gestão Estratégica de Organizações*, 10(1), 37-54.
- Büttenbender, P. L. (2010) *Cooperativismo na Região Nordeste do Rio Grande do Sul: experiências de gestão cooperativa e de promoção do desenvolvimento*. Porto Alegre/RS: Editora Sescop/RS.
- Brasil, (1971). Lei 5.764/71 (Lei do Cooperativismo).
- Brooks, J.; Cluskey, S.; Turley, E.; King, N. (2015) The Utility of Template Analysis in Qualitative Psychology Research. *Qualitative research in psychology*, 12(2), 202–222.
- Cançado, A. C., Rigo, A. S., Iwamoto, H. M. & Pinheiro, L. S. (2014) *Gestão Social, Autogestão e Gestão Democrática: uma abordagem conceitual baseada na Navalha de Occam*. *Anais do Latin American and European Organization Studies*, Havana, Cuba, 5.
- Cançado, A. C., Tenório, F. G. & Pereira, J. R. (2011) *Gestão social: reflexões teóricas e conceituais*. *Cadernos EBAPE.BR*, 9(3), 681-703.
- Charterina, A. M. (2015) *Las cooperativas y su acción sobre la sociedad*. *REVESCO. Revista de Estudios Cooperativos*, (117), 34-49.
- Crisóstomo, V. L., Vasconcelos, V. D. & Carneiro, C. M. B. (2021) *Análise da relação entre responsabilidade social corporativa e governança corporativa na empresa brasileira*. *Perspectivas Contemporâneas*, 16,1-20.
- Eschenburg, R. (1988) *Cooperativas en economias de mercado*. In: _____. (Org.) *Problemas actuales del cooperativismo*. Munster, Alemanha: Universidad Munster, (165), 43-50.
- Estanislau, C., De Castro, D. S., Vieira, A. M. & Resch, S. (2012) *O mundo do trabalho visto no cinema: busca por significados no documentário peões*. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 6(2), 33-49.
- Faria, J. H. (2017) *Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual*. *Cadernos EBAPE.BR*, 15(3), 629-650.
- Fernández, C. G. G. (1995) *Las sociedades cooperativas de derecho y las de hecho con arreglo a los valores ya los principios del Congreso de la Alianza Cooperativa*

Internacional de Manchester en 1995: especial referencia a las sociedades de responsabilidad limitada reguladas en España. REVESCO: revista de estudios cooperativos, (61), 53-88.

Fici, A. (2015) La función social de las cooperativas: notas de derecho comparado. REVESCO. Revista de estudios cooperativos, (117), 77-98.

Flick, U. (2004) Uma introdução à pesquisa qualitativa. 2. ed. Porto Alegre: Bookman.

GERCOOP. Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário. (2019) Capacitação em gerenciamento de cooperativas de crédito GERCOOP. 4ª ed. Francisco Beltrão: Grafisul Gráfica Editora.

Gil, A. C. (2008) Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Editora Atlas SA.

Guerrero, S., Lapalme, M. È., Herrbach, O. & Séguin, M. (2017) Board member monitoring behaviors in credit unions: The role of conscientiousness and identification with shareholders. Corporate Governance: An International Review, 25(2), 134-144.

Hocayen Da Silva, A.; Caleman, S.; Hocayen-Da-Silva, A. (2018) Governança cooperativa: as práticas de governança consideram os princípios cooperativistas? Uma análise acerca de manuais de boas práticas. Revista de Gestão e Organizações Cooperativas, 0, 69-86.

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa [IBGC]. (2015) Guia das Melhores Práticas de Governança para Cooperativas. São Paulo: IBGC. Recuperado em setembro, 2020, de <https://conhecimento.ibgc.org.br/Paginas/Publicacao.aspx?PubId=22108>

Maciel, A. P. B., Seibert, R. M., Silva, R. C. F. Da Wbatuba, B. B. R. & Salla, N. M. da C. (2018) Governança em Cooperativas: Aplicação em uma Cooperativa Agropecuária. Revista de Administração Contemporânea, 22(4), 600-619.

Marconi, M. A. (1986) Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas.

Matos, F. R. N., Queiroz, W. V., Lopes, K. L. D. A., Frota, G. D. S. L. & Saraiva, v. M. L. L. (2012) Estudo observacional do comportamento empreendedor de Irineu Evangelista de Sousa da ótica de Filion no filme " Mauá-o Imperador e o Rei". Cadernos EBAPE. BR, 10(1), 202-220.

- Meira, D. (2020) Projeções, conexões e instrumentos do princípio cooperativo da educação, formação e informação no ordenamento português. Boletín de la Asociación Internacional de Derecho Cooperativo, (57), 71-94.
- Mozzato, A. R. & Gollo, S. S. (2011) Redes de Cooperação como vantagem competitiva: estudo de caso de uma rede de supermercados no Rio Grande do Sul. Redes (St. Cruz do Sul Online), 16(2), 227-252.
- Minayo, M. C. de S. (1992) O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo – Rio de Janeiro, HICITEC-ABRACO.
- Minayo, Maria Cecília de Souza. (1998). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 5. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco.
- OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras. (2016) Manual de Boas Práticas de Governança para Cooperativas. Brasília.
- OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras. (2014) Documento 2014. Brasília.
- Scott, C. R. D. C. (2020). Relação entre a governança cooperativa e a intercooperação na fidelidade dos associados: um estudo em uma cooperativa de produção.
- Organização das Cooperativas Brasileiras [OCB](2020a). Ramos do cooperativismo. Recuperado em <https://somoscooperativismo.coop.br/ramos>
- Organização das Cooperativas Brasileiras [OCB](2020b) Números do cooperativismo brasileiro. 2020. Recuperado em <https://somoscooperativismo.coop.br/numeros>
- Pinheiro, D. C. & Paes De Paula, A. P. (2016) Autogestão e Práticas Organizacionais Transformadoras: Contribuições a Partir de um Caso Empírico. Desenvolvimento Em Questão, 14(33), 233-266.
- Pinho, C. M. D., Gonçalves, T. J. C. & Lima, D. H. S. de. (2020) As Práticas de Governança Corporativa em uma Cooperativa de Crédito. Anais do Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, São Paulo, SP, Brasil, 17. julho.
- Rodrigues, A. L. (2007) Modelos de gestão e inovação social em organizações sem fins lucrativos: divergências e convergências entre nonprofit sector e economia social.

Organizações & Sociedade, 14(43), 111-128.

Rosa, B. N. & Marques, J. C. (2018) A aventura do “atleta do século”: uma análise do documentário, “isto é, pelé” sob a ótica da jornada do herói, de Joseph Campbell. *Recorde: Revista de História do Esporte*, 11(1).

Santos, R., Santos, J. & Da Silva, A. (2020) Governança cooperativa: mapeamento do perfil das publicações científicas internacionais (1991-2018). *Revista de Gestão e Secretariado*, 11(1), 106-125.

Sousa, J. H. M. de. (2020) Cooperativas de crédito singulares: um estudo de caso a partir dos indicadores GIFE de governança. *Revista Sítio Novo*, 4(1), 112-124.

Tames, D. (2014). Four approaches to structuring micro-documentaries. Kyno-Eye.com. Disponível em <https://kino-eye.com/2014/11/17/structuring-micro-docs/> Acesso em: 04 Dez. 2021.

Tenório, F. G. (2005) (Re)Visitando o Conceito de Gestão Social. *Desenvolvimento Em Questão*, 3(5), 101-124.

Tosini, M. F. C. & Bastos, A. M. (2008) Governança cooperativa: as funções de fiscalização e Controle em cooperativas de crédito no Brasil. *RCO – Revista de Contabilidade e Organizações*, 2(4), 75-89.

Vilela, Rafael Heliton Pereira; Ferraz, Serafim Firmo de Souza; Ferraz, Sofia Batista. (2015) Modelo Diagnóstico de Governança Corporativa em Cooperativas de Saúde. *Revista de Administração FACES Journal*, 14(1), 29-48.